



NEGOCIAÇÃO COLETIVA e DIREITO DE GREVE. O governo tem medo do quê?

Impedir o direito do servidor à negociação coletiva e ainda vetar o direito de protestar e realizar greves é impor-lhe uma condição de submissão

Página 2

Capsaúde: servidores pressionam e conseguem interromper reajuste

Página 4

Teto do DNPM cai e assusta servidores

Anexo onde funcionava os setores de Cadastro e Arquivo teve teto desabado. Quase 2.000 processos foram perdidos.

Página 3



Órgão de divulgação do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Mato Grosso

ANO VI - Nº 75
Cuiabá - Março de 2014

O COMPROMISSO

Acesse: www.sindsepmt.org.br



ÁGUAS DE MARÇO

Campanha Salarial 2014 agita servidores. A hora é agora!

As mobilizações serão intensificadas e ocorrerão de maneira unificada em todo o país com objetivo de obter respostas do Executivo

Agora é tudo ou nada. Ao dar por encerrado o carnaval – e início do ano –, os servidores públicos federais iniciaram 2014 com todo o gás, isso porque as reivindicações de pauta emergencial, que inclui antecipação da parcela de reajuste prevista para janeiro de 2015, reajuste em benefícios como auxílio-alimentação e plano de saúde foram totalmente ignoradas pelo governo Dilma Rousseff no ano passado e agora pretendem pressionar ainda mais o Executivo.

O calendário de atividades já está definido. Sindicatos de diversas categorias e representantes do funcionalismo das três esferas se reunirão entre 10 a 14 deste mês, para realizar ações conjuntas em defesa dos direitos do servidor público. A primeira marcha à Brasília do ano, como também o dia nacional de paralisação será no dia 19 de março, onde os servidores irão avaliar a construção da greve, que está programada para começar entre a segunda quinzena de março e a primeira de abril.

As mobilizações serão intensificadas e ocorrerão de maneira unificada em todo o país. O objetivo é obter resposta do governo federal à pauta da Campanha Salarial de 2014 dos servido-



res federais, dada as reivindicações entregues em janeiro, onde o Ministério do Planejamento prometeu uma resposta oficial antes mesmo do período carnavalesco, mas esse não foi cumprido. A oportunidade é ímpar, diante de um ano marcado por dois grandes eventos: Copa 2014 e eleições presidenciais.

O fórum nacional que organiza as categorias vai discutir formas de ampliar ainda mais a pressão, de maneira exten-

siva, na tentativa de convencer o governo federal e reivindicar os investimentos que deveriam ser aplicados no funcionalismo público, já que o país terá um gasto de R\$ 31 bilhões para a Copa do Mundo.

Além disso, os trabalhadores querem a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salário, o fim do fator previdenciário, a regulamentação da convenção 151 da

OIT (Organização Internacional do Trabalho) – que trata da negociação com os servidores públicos e mais ações concretas concernentes à reforma agrária.

Em 2012, após a grande greve nacional, o governo federal resolveu negociar com os servidores e cedeu um reajuste de 15,8% a ser pago em três parcelas anuais (2013/2014/2015). Nem bem passou o tempo e em fevereiro desse ano o governo anunciou um corte de R\$44 bilhões no orçamento público, que reflete na melhoria do setor público e afeta diretamente o atendimento à população brasileira.

Com a falta de atenção do governo federal, os servidores irão intensificar ainda mais a luta, o que será o diferencial para que a categoria consiga avanços significativos nas suas principais demandas, que só devem ocorrer por meio de forte pressão da categoria. A greve nacional continua sendo discutida e a possibilidade de paralisação é iminente.

Enquanto o governo estiver dando prioridade a setores privilegiados, o funcionalismo público tende ao sucateamento dos recursos físicos e humanos, como a desvalorização dos servidores, péssimas condições de trabalho e mau atendimento à população nas áreas básicas como educação, saúde e segurança.

AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

Aumento fica só no papel

Os servidores públicos estão indignados com mais uma postura injusta do governo federal, dessa vez por causa do benefício auxílio-alimentação, direito adquirido pelos servidores. O fato é que o Ministério do Planejamento publicou no dia 11/02 uma portaria no Diário Oficial da União (DOU), que estabelece como teto o pagamento no valor de R\$ 443,00 como um possível aumento, mas não autoriza - de imediato -, o reajuste.

Hoje, os servidores do Executivo recebem o benefício no valor de R\$ 373,00. Já o Legislativo e o Judiciário recebem R\$ 741,00 e R\$ 710,00, respectivamente. O reajuste referente ao exer-

cício de 2014 era para ser pago aos servidores, mas devido a Lei 12.919/13, que veda o pagamento percentual acima da variação do exercício de 2013, ficará no papel, mais uma vez.

Para os servidores, essa atitude do governo federal é mais uma demonstração do desinteresse pela valorização dos servidores públicos, já que a publicação apenas oficializa o reajuste, mas não chega às vias de fato, que é o pagamento a curto prazo. Resta aos servidores públicos federais continuar avançando nas lutas junto aos sindicatos mais do que nunca, pois o governo já demonstrou que serviço público não é prioridade na sua gestão.

DEBATE

Negociação coletiva e direito de greve. O governo tem medo do quê?

Impedir o direito do servidor à negociação coletiva e ainda vetar o direito de protestar e realizar greves é impor-lhe uma condição de submissão

Entidades representativas dos servidores, incluindo as centrais sindicais, voltaram a reforçar que o debate sobre direito de greve não pode ser feito separado da discussão que envolve a regulamentação da negociação coletiva. São temas intimamente ligados. A ausência de critérios e regras que sustentem a condução de um processo de negociações é um dos grandes, senão o principal motivador para a deflagração de um movimento legítimo de greve. O relator do projeto que discute limitações ao direito de greve dos servidores, senador Romero Jucá, acenou com possibilidade de unir os dois temas em um mesmo projeto. Até lá, há o compromisso de manter a discussão sobre direito de greve fora da pauta de votações.

Os sindicatos continuam reforçando a importância de buscar consenso nos pontos conceituais da discussão sobre direito de greve. Entre eles estão a parcialidade da greve, essencialidade,



Direito de greve e regulamentação de negociação coletiva devem caminhar sempre juntos

percentuais de atividades inadiáveis, entre outros. O mérito dos temas continua sem ser aprofundado. Apesar da trégua que encontra brecha no Congresso Nacional para diálogo, os servidores devem continuar em alerta máximo para lutar pelo direito à negociação co-

letiva e a garantia de seu direito legítimo de deflagrar greves quando este for o último recurso disponível.

Direito de greve e regulamentação da negociação coletiva devem caminhar juntos, do contrário pode haver deformações no direito assegurado pela Cons-

tituição aos trabalhadores públicos. Jucá se comprometeu a buscar formas de incluir a negociação coletiva no texto do projeto que trata a regulamentação da greve no setor público. O senador não deu prazos, mas garantiu que irá convocar as centrais sindicais para um debate assim que houver uma proposta concreta. Enquanto isso, o projeto sobre direito de greve segue fora da pauta de votação.

Sem assegurar o direito dos servidores à negociação e, além disso, ainda impedi-lo de exercer seu direito legítimo de protestar e realizar greves é impor-lhe uma condição de submissão. Isso levaria ao absurdo retrocesso de um trabalho em regime de escravidão, onde o servidor se veria obrigado a se submeter aos desmandos do seu patrão, o governo.

E é para impedir essa inconcebível limitação de direitos essenciais que os servidores vão continuar lutando.

A expectativa é de que o debate continue sendo conduzido de forma adequada, sem atropelos e zelando por justiça, sem ferir os direitos garantidos a todo trabalhador.

APOSENTADORIA

"Quando a esmola é demais até o santo desconfia"

Ao que parece, os poderes públicos estão reconhecendo que a legislação de aposentadoria por invalidez do servidor público federal deve ser modificada. Pelo menos é o que deu a entender na primeira audiência pública realizada em fevereiro com Governo, parlamentares e entidades sindicais, para discutir a proposta (PEC 170/12), que põe fim na aposentadoria proporcional por invalidez para servidores empossados até 31 de dezembro de 2003.

A PEC visa corrigir o modelo atual da aposentadoria dos servidores e mudar o cenário que afeta os trabalhadores, que muito contribuiu para o cres-

cimento do país em suas atividades nos setores públicos, um direito adquirido do servidor, previsto no regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT - Decreto-Lei 5.452/43), mas que é negado ao trabalhador pelo governo Dilma Rousseff.

Na prática, os servidores que têm pouco tempo de serviço e não podem atuar, caso sofra algum acidente ou tiver alguma doença grave que leve à invalidez (a lei enquadra os casos de hanseníase, paralisia irreversível e mal de Parkinson) terá a remuneração integral, fora dessas situações, o benefício a esses trabalhadores é proporcional ao tempo de serviço, ou seja, ficará com

uma renda muito abaixo para o seu sustento, comprometendo a qualidade de vida e de condições dignas de sobrevivência.

De acordo com o secretário de Políticas Públicas da Previdência, Leonardo José Rolim Guimarães, os estados não têm condições de atender sozinho a todos os casos, mas que o governo federal não teria restrições orçamentárias para pagar o benefício integral aos aposentados. Segundo ele, só neste ano os Estados devem ter um déficit de R\$ 43 bilhões e pode chegar a R\$ 70 bilhões nos próximos cinco anos. Para a autora da proposta, deputada Andreia Zito (PSDB-RJ) a questão deve ser resolvida

entre os governos estaduais e os parlamentares não precisam se preocupar com a situação.

Esse é mais reflexo do descaso do poder público com os servidores. É nesse momento que a categoria deve agir de maneira unificada para que as suas reivindicações sejam atendidas, afinal, aposentadoria é de interesse não só do servidor aposentado, mas também do atuante. Um benefício adquirido que os trabalhadores não podem permitir que seja negado.

Mais três audiências públicas serão realizadas esse ano pela comissão especial que analisa a matéria, para discutir melhor sobre o tema.

Expediente



Boletim informativo do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho nº 82, bairro Poção. CEP 78.015-630 - Cuiabá-MT

Telefone: (65) 3023-9338 - email: sindsepmt@gmail.com

Jornalista responsável: Mário Hashimoto DRT 200/MT

E-mail: mhashi104@yahoo.com.br

Editoração eletrônica: Oficina A-104

DIRETORIA EXECUTIVA: CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA - PRESIDENTE - FUNASA; ROOSEVEL Motta - VICE-PRESIDENTE - INCRA; DAMÁSIO DE SOUZA PEREIRA - 1º SEC GERAL - CGU; BENEDITO MARINS DE ANDRADE - 2º SEC GERAL - MIN.SAÚDE; GILDÁSIO FERREIRA GOMES - 1º SEC DE FINANÇA - SRTE; LENITA DE FIGUEREDO - 2º SEC. DE FINANÇA - FUNASA; ENILDO GOMES - 1º SEC. DE ADM - FUNAI; FRANCISCO ROBERTO DIAS NETO - 2º SEC. DE ADM. - INCRA; ZILMA APARECIDA GONÇALVES - 1º SEC. DE ASSUNTOS JURÍD. - MIN.SAÚDE; JOSENICE AUXILIADORA TAVARES SIQUEIRA - 2º SEC. DE ASSUNTOS JURÍD - MAPA; MARINÉZIO SOARES DE MAGALHAES - 1º SEC. DE FORM. E POL. SIND - FAZENDA; LURDES FERNANDES ROSA - 2º SEC. DE FORM. E POL. SIND - FUNASA; BENEDITO ASSIS DA SILVA - 1º SEC. INTERIOR - SV/S/CÁCERES; IDIVALDO BERNARDES DE OLIVEIRA - 2º SEC. INTERIOR - PRF; JOAO DAVID - 1º SEC. DE IMP. E COM. - MIN.SAÚDE; FRANCISCO LOPES FILHO - 2º SEC. DE IMP. E COM. - FUNASA; IZABEL SANTANA DA SILVA - 1º SEC. APÓS. E PENSION. - TRANSPORTE; ZELAIRES RODRIGUES LEITE - 2º SEC. APÓS. E PENSION. - FUNAI; JOÃO DE DEUS DA SILVA FILHO - 1º SEC. SAÚDE DO TRAB. - SVS/SINOP; ADÉLIO DA SILVA JÚNIOR - 2º SEC. SAÚDE DO TRAB. - MIN.SAÚDE; JOACIRA S. RODRIGUES DE ALMEIDA - 1º SEC. ANIST. E DEDITIDOS - CONAB; JACKSON FERREIRA DA SILVA - 2º SEC. ANIST. E DEDITIDOS - INCRA; ELIETE DOMINGOS DA COSTA - 1º SEC. DE CULTURA - SRTE; HERONILDES FRANCISCO VIEIRA - 2º SEC. DE CULTURA - 9º BEC.
SUPLENTE DE DIREÇÃO: MANOEL MARTINS - MIN.SAÚDE; JOSÉ MARIA DILVA E ARRUDA - MIN.SAÚDE; PEDRO PAULO LOPES - MIN.SAÚDE; CELSO ALFREDO SIMON - MIN.SAÚDE; ADEBAL CASTRO QUEIROZ - 9º BEC; NELSO FORTUNATO OJEDA - MAPA
CONSELHO FISCAL/TITULAR: VERACY TIZZIANI - MIN.SAÚDE; IDIO NEMÉZIO DE BARROS NETO - FUNASA; ILCA MARIA PINTO - CONAB
SUPLENTE DE CONSELHO FISCAL: GEOVANO SANTOS MOREIRA - MIN.SAÚDE; MOACIR MÓDULO - MIN.SAÚDE; BENEDITO MARTINS DE OLIVEIRA - MIN.SAÚDE

DESCASO

Teto desaba e assusta funcionários do DNPM

Anexo onde funcionava os setores de Cadastro e Arquivo teve teto desabado. Por pouco quase 2.000 processos foram perdidos.

O teto do anexo onde funciona os setores de Cadastro e Arquivo do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM/MT), localizado na rua da Fé, 177, no Jardim Primavera, desabou na madrugada do dia 26/02. Semanas antes, funcionários alertaram o superintendente do órgão, José da Silva Luz, sobre as precárias condições das salas, de rangidos e estalos na estrutura.

Segundo José Luz, o prédio onde funciona o DNPM é alugado e já foi pedido uma verba destinada para reforma do órgão, mas o Ministério do Planejamento até agora não fez o repasse alegando falta de dinheiro e inclusive o aluguel e as empresas terceirizadas como a de vigilância e limpeza estão com os pagamentos atrasados desde dezembro de 2013.

Os funcionários Duljon Laerte Boltrin, lotado no setor de Arquivo e Edilson Cesar Cunha, do Cadastro, disseram que o DNPM funciona no local

desde 1983 e nunca passou por reformas. "Há o prédio localizado na Avenida Getúlio Vargas, cedido pelo governo estadual para que o DNPM fosse transferido para lá, mas até hoje nada foi realizado. Está no orçamento da União, mas fica só nisso", adiantou Duljon Laerte.

No dia anterior ao ocorrido, como nenhuma providência foi tomada pela direção do DNPM, os dois funcionários, com medo de que coisa pior acontecesse, protocolaram junto à superintendência, um pedido de laudo técnico do Corpo de Bombeiros e do Crea/MT a respeito da estrutura da casa onde funciona os setores de Arquivo e Cadastro. O medo de desabamento era mais que justificado pois o teto veio abaixo e por sorte não havia ninguém no local.

Hoje o prédio está sendo demolido para reconstrução e por sorte, processos importantes, cerca de quase dois mil, não sofreram danos maiores porque na noite não houve ocorrência de chuva. Já os equipamentos de informática estão passando por uma avaliação.



Com a queda do teto, processos e computadores só não sofreram maiores danos porque não choveu

Governo tenta inibir liberdade do cidadão organizar manifestações

Para evitar uma nova onda de protestos em todo o Brasil durante o ano de Copa do Mundo e eleições, o governo está tentando encontrar formas de aprovar leis para inibir a liberdade da população se organizar em manifestações. Para a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) não é coibindo a liberdade que o governo resolverá protestos de massa.

A radicalização de alguns também não pode ser usada como argumento de defesa para legitimar o governo a cercear a liberdade de toda a população que vive num estado democrático, estado este conquistado, inclusive, com a atuação na luta pela liberdade da atual presidenta da República. É grave que este mesmo governo comandado por quem conhece os horrores da repressão seja capaz de propor projetos como a lei antiterrorismo que

População não aceitará que governo resolva sua inabilidade de dialogar e resolver conflitos criando projetos para coibir liberdade

promete ser colocada em votação no Senado em breve. Não é a toa que essas intenções despertam tanta preocupação e revolta.

A habilidade para o diálogo e a solução de conflitos é elemento fundamental para um governo que se pretende eficiente. Sem essa habilidade o caminho inevitável será o do confronto de idéias, sempre salutar para o fortalecimento da democracia. A Condsef quer ser uma das vozes a resistir a mais essa tentativa do governo de calar aqueles contrários a seus anseios e expectativas. Os servidores da base da Confederação, que representa 80% do total de servidores do Executivo, discutem a necessidade de deflagrar uma greve geral em uma plenária agendada para o próximo dia

20. Juntas estão outras categorias também dispostas a lutar pelo atendimento de uma série de reivindicações, entre acordos firmados e ainda pendentes.

Atividade de massa – Caso os projetos de governo sigam em frente e sejam aprovados, muitos trabalhadores poderiam ser enquadrados como terroristas por historicamente se manifestarem em atos, o que é um absurdo. Mais um desses atos está agendado e deve reunir servidores no próximo dia 19 em Brasília, movimento que deve se repetir em outros estados pelo Brasil. Esta é a forma legítima dos servidores de pressionar o governo e lembrá-lo dos compromissos ainda não cumpridos com os trabalhadores do setor público.

No lugar de tentar coibir ações de protesto quando estes têm razão de existir, o governo devia combater as raízes dos conflitos. No caso do setor público, sobra descaso e falta diálogo eficiente. As mesas de negociação muitas vezes acabam servindo como ponto de partida de crises que sequer seriam necessárias se o governo cumprisse com ações práticas os resultados de diálogos e debates que muitas vezes se estendem por anos.

Não é por acaso que a regulamentação da negociação coletiva segue sendo uma das demandas prioritárias dos servidores. Indo na contramão do diálogo e incentivando ações de repressão extrema o governo se afasta cada vez mais do projeto de democracia que precisa ser fortalecida e não sofrer com severos e arriscados golpes. (Condsef)

 **WWW.SINDSEPMT.ORG.BR**

Este é o endereço do novo site do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Mato Grosso.

Notícias atuais de seu interesse. Mais ágil, dinâmico. Lá você encontrará as edições anteriores do jornal, a agenda do sindicato e muito mais. Confira! www.sindsepmt.org.br

